

# INCLUSÃO DA CRIANÇA AUTISTA NO ENSINO FUNDAMENTAL I DA ESCOLA MUNICIPAL ARGEMIRO BONFIM\_ NAZARÉ/BA

JESUS, Cruz Maria José de <sup>1</sup>  
SANTOS, S. Luís Claudio de <sup>2</sup>

“Para que a escola possa promover a inclusão do autista é necessário que os profissionais que nela atuam tenham uma formação especializada, que lhes permita conhecer as características e as possibilidades de atuação destas crianças”. (BROTHERHOOD; SILVA, 2009, p. 3)

## RESUMO

O artigo pretende apresentar o tema, Inclusão da criança autista no contexto escolar no ensino fundamental I, da Escola Municipal Argemiro Bonfim traz como objetivo Analisar como acontece o processo de inclusão da criança autista no cotidiano escolar, visando o seu bem estar. O método utilizado para a realização do presente trabalho está fundamentado em pesquisa bibliográfica e análise documental considerando também a base de dados através de pesquisa qualitativa e quantitativa. Dessa forma, expõe o tema trazendo o indivíduo com TEA como alguém que precisa ser incluído no contexto de uma pessoa que tem direitos, amparado por lei, que precisam ser notados e respeitados. Para tanto, o tema foi dialogado com teóricos como: Tuchman, Campos, ONO, Cunha, Schmidt, entre outros que trouxeram subsídios para enriquecer os argumentos. Para tanto, foi analisada, o processo de inclusão da criança autista no contexto escolar, tendo como base a escola Argemiro Bonfim, chegando a conclusão aparente que a escola tem sim uma base inclusiva, e a parceria das famílias proporciona maior comprometimento e avanço dos filhos na aprendizagem, assim como maior confiança nas potencialidades que a escola desenvolve na criança. Considera-se relevante para este tema ampliação por possíveis pesquisadores, para que as futuras gerações possam ter mais clareza e acolhimento com o indivíduo que tem TEA.

**Palavras chaves:** Educação Especial. Inclusão. Escola.

## 1. INTRODUÇÃO

O referente Trabalho de Conclusão de Curso, vem cumprir com determinações da faculdade com um trabalho que faz parte de requisitos para

---

<sup>1</sup>Aluna do Centro Universitário Internacional UNINTER. Artigo apresentado como Trabalho de Conclusão de Curso em 26 de Outubro de 2021.

<sup>2</sup> Professor orientador no Centro Universitário Internacional UNINTER

completar a carga horária da disciplina Metodologia e Prática de Pesquisa, como requisito obrigatório ao acadêmico antes de concluir a licenciatura, para garantia da obtenção do diploma no curso de Licenciatura em Educação Especial.

Nesse sentido o referente artigo objetiva-se em analisar como acontece o processo de inclusão da criança autista no cotidiano escolar, bem como a parceria da família com a escola, visando o seu bem estar. Este é um direito que a criança tem e está normatizado na Lei nº 12.764, de 27 de dezembro de 2012 que institui a política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista. Analisou-se também a postura da escola partindo da ótica em que a escola está localizada na parte central da comunidade e abraça crianças da educação infantil ao fundamental I. (BRASIL, 1996)

Por cursar Licenciatura em Educação Especial, e trabalhar como professora e gestora escolar, acredita-se ser importante aprofundar os conhecimentos em pesquisa sobre o tema abordado e analisar como acontece a parceria da família do aluno com Transtorno do Espectro Autista no processo de ensino aprendizagem, se há envolvimento ou não, se a criança passa por acompanhamento multifuncional para ter suporte em suas inter-relações pessoais ou simplesmente estar na sala como as cadeiras estão.

Observa-se num passado não muito distante, que a pessoa com transtorno era chamada de forma geral de deficiente ou até mesmo pejorativamente de “maluco” sem considerar a diversidade de características e complexidades do transtorno no aspecto do neurodesenvolvimento do indivíduo, como é possível perceber e considerar atualmente. Seja por um diagnóstico médico ou acompanhamento de um ótimo Psicopedagogo na escola ou sala multifuncional para trabalhar as habilidades do aluno com TEA.

Para melhor entender, o autista é um sujeito de direitos que possui autonomia civil podendo trabalhar, praticar esportes e até casar, apesar da legislação não reconhecer e diferenciar o grau de transtorno de um para outro o coloca na posição de incapaz mesmo se o grau de autismo for leve e a pessoa consegue se expressar com desenvoltura

E quanto aos aspectos metodológicos é pertinente sinalizar que em decorrência da alta incidência de doenças advindas de vetores que são atraídos

pelo contágio do Corona Vírus, torna-se imprescindível que a construção deste projeto de pesquisa seja de cunho solitário, a comunicação será por via de Whatsapp. As visitas a escola respeitando o protocolo exigido pela OMS , sendo este momento também de proliferação de doenças como Dengue, Zika, virose e Febre Chikungunya.

É uma pesquisa direcionada a análise sobre a inclusão de crianças com TEA no contexto escolar, uma vez que o aprendizado da criança é de interesse tanto da família, como da escola e as duas devem caminhar juntas para que esse aluno se sinta confortável no ambiente escolar. Dessa maneira, a metodologia vem pautada em pesquisa bibliográfica; Análise de documentos; Análise quantitativa e qualitativa através da base de dados e visitas a escola para coleta de informações.

O desenvolvimento do trabalho foi dividido em sub tópicos para melhor entendimento. No item 2 aborda primeiramente o contexto da escola Argemiro Bonfim de onde partiu a análise de como é o processo de inclusão das crianças autistas frente a gestão inclusiva e acolhedora do professor gestor, assim como a concepção pedagógica, avanços e desafios frente a parceria da família com a escola. Neste sentido, buscou-se refletir sobre a responsabilidade da escola, para uma instituição participativa, (CHAVES; ABREU, 2014, p. 6), “Pensar numa proposta curricular vai além dos conteúdos”.

Para tanto, nesse processo de gestão escolar democrática participativa, implica em fazer uma análise reflexiva e repensar os obstáculos e desafios encontrados ao longo do caminho do gestor, frente a inserção no ambiente escolar de uma escola que inclua crianças com TEA. Também os aspectos relevantes do gestor escolar, aqueles relacionados muitas vezes com sua própria realidade, são fundamentais para uma reflexão da sua postura diante das decisivas direções a serem tomadas. Os aspectos metodológicos envolvem toda a estrutura da escola, os aspectos físicos e humanos.

Na terceira parte e última seção, abordaremos os desafios e avanços enfrentados na atualidade. A escola sendo uma instituição social, tentando acompanhar as mudanças sociopolíticas e econômicas da sociedade, gera conflitos e embates. Nesta parte, foi feita as considerações de forma resumida dos resultados do referente trabalho, ilustrando os pontos positivos e negativos. Nessa pesquisa,

embasada na reflexão de diversos autores, optamos por realizar uma pesquisa documental e bibliográfica que por meios de análise de conteúdos de documentos estabelecendo um diálogo crítico abordando uma pesquisa qualitativa dentro de uma visão descritiva, que sugere ampliação por parte de futuros pesquisadores.

## **2. 0. CONTEXTO HISTÓRICO DA ESCOLA EM ANÁLISE**

### **2.1 Identificação da Escola / Instituição Estagiada**

A história da escola Argemiro Silva Bonfim teve início em 1938, no bairro da Ladeira Grande, em uma casa onde funcionava um circo, com o nome de Carneiro Ribeiro. Nesse local funcionou por muitos anos. Como houve a necessidade de reforma da casa, a escola foi mudada para outro local, e passou a chamar-se Escola Teixeira de Freitas. Na década de 1980, na Gestão do prefeito João Batista Tourinho Filho, o morador da localidade e também Vereador da Câmara o Sr. Argemiro da Silva Bonfim vendo a necessidade dos moradores em adquirir as primeiras letras, fez a indicação na câmara Municipal para que fosse comprado um terreno e nele construído a escola.

### **2. 1. 2 CONCEPÇÃO PEDAGÓGICA DA ESCOLA /INSTITUIÇÃO**

A concepção de educação implica em um fazer pedagógico onde a ênfase central se desloca da figura do professor/adulto para a figura do aluno/aprendiz, e onde o conhecimento só faz sentido quando o significado é construído pelo aluno. Neste contexto, enfatiza-se menos o acúmulo de dados e informações, a quantidade para atribuir maior valor aos processos de aprender e, portanto, à qualidade e à relevância daquilo que é aprendido. A escola tem 20 crianças com necessidades especiais, dentre esses 5 autistas, os quais são contemplados pelo PPP da escola, nas questões pedagógicas, sociais, ou seja em suas necessidades.

A implementação de uma concepção dessa natureza, não constitui tarefa simples, pois que a tradição costuma “falar” muito alto, sobrepondo-se ao novo. Hoje, todos os que ousaram investir nesse projeto veem com satisfação os frutos da sua decisão. Haja visto os comentários positivos de pais e dos próprios alunos,

nomeadamente aqueles que há pouco concluíram o ensino fundamental e vem se destacando por suas competências e habilidades nas escolas onde frequentam o Ensino fundamental. A proposta da escola está baseada em desafios, que, por sua natureza, promovem o desenvolvimento do senso crítico, da responsabilidade, da autonomia, da cidadania e a otimização do potencial dos alunos. Para ser realmente uma escola inclusiva foi necessário que passasse por reformas em sua estrutura, e adaptações como por exemplo acessibilidade para cadeirante, mobiliário para facilitar os de baixa visão, materiais diversos para treino da coordenação fina e grossa dos autistas e professores capacitados intelectualmente, assim como todos os funcionários treinados para melhor acolher todas as crianças.

Atualmente a escola tem buscado adotar uma gestão participativa, onde todos os envolvidos com o processo educativo têm buscado atingir objetivos comuns com um desejo de responder aos anseios da sociedade. A organização da escola visa o desenvolvimento dos parceiros da escola para que todos possam sentir construtores de uma sociedade mais justa e igual. Portanto os profissionais da escola municipal Argemiro Silva Bonfim, têm o propósito de construir uma escola cidadã discutindo e tomando decisões para a melhoria do aluno sempre.

Com isso o objetivo dos professores e diretor é formar cidadão críticos, autônomos, reflexivos e participativos, conscientes dos seus direitos e deveres para exercer a sua cidadania perante a sociedade, desenvolver os valores de respeito, solidariedade, ética e justiça para transformar a sociedade em que estão inseridos; desenvolver atividades dinâmicas e significativas, para que possam estimular e melhorar a qualidade do ensino e aprendizagem.

A escola tem a preocupação de buscar meios que garantam os alunos o desenvolvimento pleno de suas capacidades pensando não apenas no que eles são hoje, mas no que eles podem vir a ser, pois sabemos que a escola contribui para a formação de um cidadão e não simplesmente de um aluno.

A aprendizagem se dá por meio de uma estrutura organizada, onde o educador e educando são os principais agentes que atuam no processo ensino-aprendizagem, numa constante troca de experiências cujos objetivos estão pautados na ideia de que é fundamental construir conhecimentos de forma correlacionada.

Nesse caso, o professor tem o papel de mediar esses conhecimentos fazendo as intervenções necessárias de forma dinâmica e criativa.

Verificou-se que a escola é um espaço de reflexão e aprendizagem com trocas de experiências, diálogo, participação e contextualização de formas de aprendizagem. A explanação e atualização do PPP proporcionou o resgate da identidade, demonstrando a necessidade de sua autonomia administrativa, pedagógica, financeira da escola.

Para tanto, no tocante a uma constituição nesse processo de gestão escolar democrática participativa, implica em fazer uma análise reflexiva e repensar os obstáculos e desafios encontrados ao longo do caminho do gestor, frente a inserção no ambiente escolar de uma escola que inclua crianças com TEA. Também os aspectos relevantes do gestor escolar, aqueles relacionados muitas vezes com sua própria realidade, são fundamentais para uma reflexão da sua postura diante das decisivas direções a serem seguidas.

A atuação do gestor na dimensão técnica expande suas responsabilidades para gerir a complexidade da escola da atualidade. Competência técnica no sentido de ser um pesquisador da legislação educacional, da origem dos recursos financeiros, além da prestação de contas dos mesmos, das atribuições do sistema de ensino e da escola. A categoria que formulou essa instância foi representada pelo termo gerenciamento.

Findando a explanação de que a dimensão pedagógica é definida pelos gestores através do Projeto Político Pedagógico, onde este engloba e norteia todas os projetos escolares, aprimorando sua execução pelo gestor, bem como por todo o coletivo de educadores precisa falar uma só língua para se comunicar com as crianças autistas visto a sensibilidade que elas tem.

O laborar do profissional da educação especial não se limita a execução de atividades isoladas, e sim um trabalho diversificado que busca a competência e o comprometimento para eficiência em sua conclusão no momento de fazer as avaliações.

## 2.2 GESTÃO INCLUSIVA E ACOLHEDORA

O método usado por exemplo, como complemento nas aulas, propicia a aprendizagem, é um meio que incentiva o aluno a querer aprender, promovendo uma satisfação tanto para o educador quanto para o educando. Existem recursos que trazem uma série de novidades, pois com o uso dessa ferramentas tudo se torna mais rápido e fácil, contribuindo para um melhor desempenho escolar e servindo como recurso pedagógico de apoio para a criança autista, uma vez que uma parte delas tem a inteligência bem desenvolvida.

A deficiência não é apenas o que o olhar médico descreve, mas, principalmente, a restrição à participação plena provocada pelas barreiras sociais. Nesse sentido, a deficiência é uma construção social (FOUCAULT, 1999; OMOTE, 2004; PLETSCHE, 2009; VYGOTSKY, 2003). Não se trata de desconsiderar os problemas gerados pelas condições orgânicas, mas de reconhecer o modo como a pessoa com deficiência é vista socialmente (CAMPOS; GLAT, 2016).<sup>16</sup> Nessa direção, o decreto n. 6.949, de 2009, que aprovou a Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência, define pessoas com deficiência como aquelas que, durante muito tempo, têm impedimentos físicos, mentais, intelectuais ou sensoriais que, ao interagirem com dificuldades podem obstruir a sua efetiva participação social em iguais condições (BRASIL, 2009; ONU, 2006).

O papel do gestor na escola tem que ser uma liderança comprometida com objetivos claros metas, trabalho coletivo indicando diretrizes em prol de agregar cada vez mais pessoas para a instituição. Sabemos que dirigir uma escola não é uma tarefa fácil, nem com simplicidade, existe complexidade. Ele precisa saber fortalecer a parceria escola-família, principalmente em prol dos alunos com necessidades especiais, Para as autoras Gomes e Nunes (2014),

Os prejuízos qualitativos nas interações sociais são evidentes nos comportamentos não verbais, tais como dificuldades em manter o contato visual ou a presença de expressões faciais e posturas corporais atípicas durante interação interpessoal. (GOMES e NUNES, 2014).

Os pais são também acima de tudo educadores. Afirma-se isso quando como uma especificidade da condição humana o ato de educar. O autismo é um comprometimento permanente e torna o indivíduo totalmente dependente de seus

familiares ou da comunidade no qual estão inseridos. (Klin, 2006), com isso podemos perceber a relevância da participação da família no processo de escolarização desses indivíduos e o quanto a instituição escolar pode colaborar para o processo de interação e socialização contribuindo assim para o desenvolvimento do seu estudante.

O gestor escolar assume uma postura de segmentos para se dedicar a transmitir legado através de sua postura, liderança ética de sua fala e seu pessoal dentro do ambiente educacional. Temos dito que também veremos uma sociedade plural, fragmentada de conflitos, por isso o trabalho do diretor é ser pautado numa pedagogia que não esconda e camufle o conflito do clima escolar, mas que procure educar para a participação. Eis o trabalho do diretor da escola como afirma Marcia Lima:

“O trabalho do diretor da escola é pleno e encontros, desencontros, conflitos, desafios e realizações. É muito comum que a realidade do cotidiano e exigências diversas afastem-se daquilo que tenha em princípios como propósito por isso é possível perceber como as equipes escolares anseiam por presença, atenção, sugestões, decisões e encaminhamentos por parte do diretor. (LIMA, 2007, p.37-38)

O diretor da escola é promotor, mediador de uma gestão que condiz a emancipação por meio da educação sem que deixe contaminar pelo pragmatismo de partes ideológicas vigentes. O gestor é um líder sendo capaz de estimular e promover ações democráticas, propondo melhorias no âmbito educacional, permitindo uma boa comunicação interpessoal para com todos sendo uma educação plena.

Para Paro (2016, p.15) todos os envolvidos no processo educativo tem o dever de buscar mudanças que concretizam a gestão democrática no nosso país para que possa compreender esse processo é necessário que se faça uma reflexão de como as escolas estão vivenciando o modelo de gestão.

O diretor deve ser articulador, dinâmico, ter iniciativas, saber tomar decisões, saber gerir democraticamente os setores envolvidos. A principal função talvez seja mostrar na prática a sua verdadeira lição de responsabilidade, comprometimento e autonomia dentro das condições de um gestor escolar.

Assim, Kanner usou a expressão para descrever o quadro clínico de seus clientes. Sugeriu que se tratava de uma inabilidade inata para estabelecer contato afetivo e interpessoal e que era uma síndrome bastante rara, mas, provavelmente,



mais frequente do que o esperado, pelo pequeno número de casos diagnosticados. Em 1944, Asperger descreveu casos em que havia algumas características semelhantes ao autismo em relação às dificuldades de comunicação social em crianças com inteligência normal. Nesse sentido na sala de aula existem vários tipos de deficiência por parte dos alunos, mas quanto ao professor e gestão da escola cabe ser atentos ao atendimento diferenciado.

Os professores em geral precisam de formação na área de Educação Inclusiva, considera-se para tanto que ele seja crítico-reflexivo o diretor precisa estimular para que os professores desenvolvam um pensamento autônomo, que busquem soluções, que reflitam sobre o processo de construção de saber do aluno, compreendendo como ele realiza suas elaborações mentais e cognitivas. Essa proposta implica comprometimento pessoal do professor, de responsabilizar-se com um estudo sistemático e de revisão de conceitos, fazendo ligações entre teoria e prática, qualificando suas ações. De acordo com Silva (2015),

Todo profissional da escola tem que compreender as características da síndrome de espectro autista, “pois só assim poderá compreender as crianças e suas necessidades. Conhecendo melhor a realidade da criança, o trabalho pedagógico desenvolvido poderá alcançar êxito”. (SILVA, 2015).

Portanto, a gestão democrática e participativa é muito importante para que a escola num todo perceba com bons olhos os alunos com TEA e o diretor busque meios para que a estadia dos alunos de forma geral seja prazerosa na instituição escolar, assegurando seus direitos e sanando as suas necessidades.

### 2.3 AVANÇOS E DESAFIOS FRENTE A PARCERIA FAMÍLIA/ESCOLA.

Foi Leo Kanner, em 1943 quem isolou alguns casos semelhantes de 11 crianças que apresentavam entre outros aspectos, forte isolamento, ausência de reciprocidade no olhar e desinteresse profundo em estabelecer contato. Essas definições ainda hoje são consideradas apropriadas por pesquisadores da área médica, não sendo para os psicanalistas da infância a referência observada. A família do indivíduo com autismo possui papel decisivo no seu desenvolvimento educacional.

A escola Argemiro Silva Bonfim, possui professores e vice diretor licenciados em Educação Especial, isto facilita um trabalho feito com propriedade e singularidade. Dessa maneira, o olhar para as crianças com necessidades especiais é fundamentado através do trabalho que é feito e a busca de trazer a família para o contexto da escola de forma que as crianças fiquem familiarizados com o que lhes é proposto. Ressalta-se que em várias concerne da lei, há analogia sinônima do termo deficiência com incapacidade, havendo ratificação desta análise no Artigo 1º, § 1º, Inc. I e II do referido dispositivo legal, sem considerar a diversidade de características e complexidades do transtorno no aspecto do neurodesenvolvimento do indivíduo, dentre outros. O professor deve se capacitar, estudar muito os métodos para atender os alunos, até mesmo em sua maneira de falar deve estar ciente dos termos a abordar. Dessa maneira, Coelho afirma que:

A inclusão educacional de pessoas com deficiência, já há algum tempo, passou a exigir a formação de profissionais da educação que sejam habilitados no desenvolvimento de ações relacionadas ao atendimento às diversidades do processo de aprendizagem, em um desafio constante às formas tradicionais de organização do trabalho pedagógico (Coelho, 2012, p. 111).

A família a pouco tempo atrás tratava filhos com algum tipo de deficiência como pessoa doente e incapaz de qualquer atribuição, se fosse cadeirante ficava limitado da cama para a cadeira, problemas mentais vivia dopado com remédios, enfim hoje a qualidade de vida destas pessoas estão melhores através da compreensão de que é uma pessoa que apenas tem limitações, mas que pode aprender a se desenvolver dentro daquilo que gosta. Expressões pejorativas ficaram no passado.

Após vários contextos investigativos, compreendeu-se que o Autismo não é uma doença única, mas sim um distúrbio de desenvolvimento complexo, definido de um ponto de vista comportamental, com etiologias múltiplas e graus variados de severidade. A apresentação fenotípica do autismo pode ser influenciada por fatores associados que não necessariamente seja parte das características principais que definem esse transtorno.

Um marco na classificação desse transtorno ocorreu em 1978, quando Michael Rutter propôs uma definição do autismo com base em quatro critérios: 1) atraso e desvio sociais não só como função do retardo mental; 2) problemas de comunicação, novamente, não só como função do retardo

mental associado; 3) comportamentos incomuns, tais como movimentos estereotipados e maneirismos; e 4) início antes dos três meses de idade. (KLIN, 2006, p.4)

Partindo desse pressuposto, algumas das características que se pode observar na criança com autismo é que apresenta, traços de falta de coordenação, as vezes fina, as vezes grossa, há variação no humor e pouca interação social como também falha na comunicação e sensibilidade ao extremo. Porém essas características não aparecem em todas as crianças, as vezes os sintomas são diferentes de criança para criança. Conforme Tuchman (1991), a grande variabilidade no grau de habilidades sociais e de comunicação e nos padrões de comportamento que ocorrem em autistas tornou mais apropriada o uso do termo – Transtorno Invasivos do Desenvolvimento (TID).

De acordo com o Artigo 3º, do referido decreto, considera-se deficiência a perda ou anormalidade de uma estrutura ou função psicológica, fisiológica ou anatômica que gere incapacidade para o desempenho de atividade dentro do padrão considerado normal para o ser humano, no contexto social. No mesmo artigo encontram-se as seguintes definições:

Incapacidade – uma redução efetiva e acentuada da capacidade de integração social, com necessidade de equipamentos, adaptações, meios ou recursos especiais para que a pessoa portadora de deficiência possa receber ou transmitir informações necessárias ao seu bem-estar pessoal e ao desempenho de função ou atividade a ser exercida. (BRASIL, 1.989, s/p).

A apresentação física do autismo pode ser influenciada por fatores associados que não necessariamente seja parte das características principais que definem esse transtorno. Um fator muito importante é a habilidade cognitiva. As manifestações comportamentais que definem o autismo incluem déficits qualitativos na interação social e na comunicação, padrões de comportamento repetitivos e estereotipados e um repertório restrito de interesses e atividades.

Outras contribuições vieram, por exemplo, da Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência (ONU, 2006), ratificada no Brasil como emenda constitucional, assegurando um sistema educacional inclusivo em todos os seus níveis de ensino. Por sua vez, a Política Nacional de Educação Especial na

Perspectiva da Educação Inclusiva (BRASIL, 2008) apresenta avanços históricos, com políticas públicas para a qualidade da educação de todos os alunos. Essa política define como público alvo da educação especial os estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação e tem como objetivo o acesso, a participação e a aprendizagem desses alunos nas escolas regulares.

Cabe aos pais buscar seus direitos que estão tanto na constituição Federal como na LDB, pois os pais são os grandes contribuintes na luta pela inclusão de seus filhos. Em relação a inclusão de alunos autistas que é o nosso foco de estudo Serra (2010, p.41), nos mostra que:

De maneira geral, os pais têm críticas a fazer em relação às escolas, que não atendem de forma ampla às suas expectativas. No entanto, a maioria dos familiares considera que a escola é um lócus privilegiado para o desenvolvimento global dos filhos. (GLAT, 2003 apud SERRA, 2010, P.41)

Propõe-se que os sistemas de ensino garantem o Atendimento Educacional Especializado (AEE); a transversalidade da educação especial desde a educação infantil até a educação superior; a continuidade da escolarização em todos os níveis de ensino e a formação de professores para o AEE. Desse modo, a educação especial considera a igualdade e diferença como valores indissociáveis da educação e o importante papel da escola na superação da lógica da exclusão. Com efeito, para Cunha:

O ensino especial é inclusivo quando se ocupa da autonomia do aluno e o capacita para o ensino regular, para a vida familiar e para a vida social. Dessa forma, o ensino cumpre seu papel quando atende à diversidade discente com equidade, sem preconceitos, observando as especificidades de cada indivíduo, buscando sua formação integral (2013, p. 38).

Portanto, as escolas precisam abarcar ações educacionais eficientes e eficazes, que tenham como finalidade proporcionar um ensino que esteja de acordo com a peculiaridade de cada educando. É primordial, promover a inclusão significa, sobretudo, mudança de postura e de olhar acerca da deficiência, o que implica na quebra de paradigmas educacionais e reformulações do sistema de ensino.

Nesse sentido, o referente artigo traz em seu conteúdo definições que inclui possibilidades de interpretação para inclusão dos autistas, enquanto pessoas deficientes que possuem direitos face as suas para a execução de várias coisas. Tal

determinação ocorreu com a promulgação da Lei n. 12.764/2012, que instituiu a Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista. Segundo o texto da mencionada Lei, “a pessoa com transtorno do espectro autista é considerada pessoa com deficiência, para todos os efeitos legais” (BRASIL, 2012, art. 2º).

Diante do exposto, é uma representação de efetiva mudança, uma vez que a um tempo atrás a deficiência deixava essas pessoas a margem, muitos trancados em casa considerados doentes e incapazes das mínimas coisas. Se, por um lado, essa lei contribuiu significativamente para o acesso a muitos direitos legais à margem dos quais estavam essas pessoas, por outro lado, abriu também espaço para um diálogo menos preconceituoso, investiu-se em tratamentos e melhor qualidade de vida.

De acordo com a nova versão do DSM-V (Manual Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais), os autistas, antes inseridos no grupo das pessoas com transtornos globais de desenvolvimento –TGD (DSM-IV), na atualidade, estão no transtorno do espectro autista (TEA). Cabe esclarecer que, embora exista essa nova nomenclatura, ainda existem leis, decretos que utilizam o termo TGD. Por exemplo, a LDBEN (BRASIL, 1996). A criança com transtorno do espectro autista precisa ser inserida no contexto escolar desde cedo para que tenha maior desenvolvimento em todas as fases de sua vida. De acordo com Serra quando se refere a educação:

A matrícula da criança portadora de autismo na escola pode trazer alterações no seio familiar, na medida em que a criança está frequentando mais um grupo social e tendo a oportunidade de conviver com outras crianças. Os pais, por sua vez, passam a conviver com outros pais nesse novo universo e a acreditar nas possibilidades de desenvolvimento e aprendizagem sistemática de seus filhos. Serra (2010, p.47)

A escola tem um trabalho importantíssimo frente a inclusão destes alunos no contexto escolar, em apresentar as situações de aprendizagem para eles e também de acompanhá-los na maneira como eles aprendem, como se comportam e principalmente saber qual o nível de sua deficiência enquanto TEA. É necessário ter um diagnóstico por profissional da área e a família para o acompanhamento e conforto da criança em sua inserção na escola.

Os resultados indicaram que a participação da família na escolarização da criança com TEA é bastante relevante, pois isso acelera no processo de

escolarização eficaz, sem a participação o processo fica prejudicado e lento. A escola precisa fazer a sua parte e solicitar a ajuda dessa família, pois sozinha não conseguirá completar com qualidade os conhecimentos que seus alunos precisam.

Visivelmente percebe-se que não é muito comum encontrar uma escola que esteja totalmente adaptada para receber crianças portadoras de deficiência, faz-se o que é possível fazer enquanto gestão que ensina, gestão que administra a escola e sociedade onde este ser se desenvolve, cria suas habilidades e torna-se um agente transformador.

### **3.0 CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Para este trabalho, considerou-se que vive-se em um mundo globalizado e a grade curricular da educação básica deve considerar não só a unilateralidade, mas também a formação para a vida. Antes o educador se limitava apenas alguns métodos e recursos para ensinar, hoje precisa sempre estar se aperfeiçoando e inovando seu material de aula, elaborando atividades diferentes, organizando espaços que proporcionem um desenvolvimento escolar satisfatório. Diante disso, é preciso buscar formas didáticas inovadoras, porque o campo educacional torna-se cada vez mais complexo, exigindo do educador um aperfeiçoamento constante, que irá melhorar efetivamente o ensino dentro da sala de aula abordando a diversidade.

Nesse contexto, O aluno com TEA necessita de uma escola organizada para ele desde o portão de entrada até o último tijolo do fundo da escola, uma vez que suas necessidades de entender o mundo traz uma demanda em que toda a comunidade escolar precisa contribuir, seja de forma organizacional, estrutural e principalmente o olhar direcionado para a criança ou adolescente que possui suas especificidades como todo ser humano, só que forma diferenciada.

É notório que diante do exposto neste trabalho de conclusão de curso que abordou, a escola, a família e o estudante com transtorno do espectro autista, deixa a percepção de que quanto mais próxima a família estiver do contexto escolar dos filhos, maior é a chance que os mesmos têm de avanços na aprendizagem frente a sua necessidade ou dificuldade. A família precisa dividir com a escola as atribuições que destina totalmente à escola: de acolher, cuidar, incentivar, orientar, observar,

investigar e sobretudo de ensinar a ver, enxergar o mundo dentro de suas limitações.

Portanto, é fundamental haja uma grade curricular com várias possibilidades de elementos, otimizando o tempo das atividades em sala de aula, favorecendo assim a troca de experiências com os demais alunos, ampliando a conexão entre o educador e o educando para alcançar uma educação com qualidade. Conclui-se que a parceria da família com a escola é extremamente importante para o ensino, representa um grande desafio para os educadores, pois, exige comprometimento e uma metodologia e planejamento de ensino adequado.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRAFIA

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS - ABNT. NBR 14724. **Informação e documentação: trabalhos acadêmicos: apresentação**. Rio de Janeiro, 2011. Disponível em: . Acesso em: 10 jun.2016

BRASIL. Lei nº 12.764, de 27 de dezembro de 2012. **Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtornos do Espectro Autista**. Presidência da República, Casa C BRASIL.

\_\_\_\_\_. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília: Imprensa Oficial, 1988.

\_\_\_\_\_. Ministério da Educação. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**, nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996.

CAMPOS, K. P. B; GLAT, R. **Procedimentos favoráveis ao desenvolvimento de uma criança com Síndrome de Down numa classe comum**. *Revista Educação Especial*, v. 29, n. 54, p. 27-40, jan./abr. 2016. Disponível em: . Acesso em: 26 de maio. 2021.

CHAVES, Maria José; ABREU. Márcia Kelma de Alencar. **Currículo inclusivo: proposta de flexibilização curricular para o aprendente autista**. 2014. Disponível em: . Acesso em: 29 setembro. 2014, p. 37.

COELHO, Cristina M. Madeira. **Formação docente e sentidos da docência: o sujeito que ensina aprende**. In: SCOZ, Beatriz Judith Lima; MARTINEZ, Albertina Mitjans. *Ensino e aprendizagem – a subjetividade em foco*. Brasília: Liber Livro, 2012.

CUNHA. **Autismo e Inclusão: Psicopedagogia e práticas educativas na escola e na família**. Rio de Janeiro: Wak Editora, 2011. **DSM-IV. Pervasive Developmental Disorders**. In: **Diagnostic and Statistical Manual of Mental Disorders**. 4th ed. Washington, DC: American Psychiatric Association; 1994. p. 65-78.

FOUCAULT, M. **Vigiar e punir**. 10. ed. Petrópolis/RJ: Vozes, 1999.

GOMES, Rosana Carvalho; NUNES, Débora R. P. **Interações comunicativas entre uma professora e um aluno com autismo na escola comum: uma proposta de intervenção**. Educ. Pesqui. Vol.40 no.1 São Paulo. Mar.2014.

KANNER, Leo. **Autistic disturbances of affective contact**. Em: **Nervous child** 2: 217-50, 1943.

KLIN, Ami. **Autismo e Síndrome de Asperge: uma visão geral**. Rev Bras Psiquiatr. 2006, P. 28.

OMOTE; OLIVEIRA, A. A. S.; BALEOTTI, L. R.; MARTINS, S. E. S. de O. **Mudança de atitudes sociais em relação a inclusão**. Paidéia, v. 15, n. 32, p. 387-396, 2005.

ONU. Organização Das Nações Unidas. **Declaração Universal dos Direitos Humanos**. Brasília: UNESCO do Brasil, [1948], 1998. Disponível em: . Acesso em: 10 ago. 2017.

\_\_\_\_\_. **Convenção Internacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência**, 2006. Disponível < [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2007-2010/2009/decreto/d6949.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2009/decreto/d6949.htm)>. Acesso em: 17 outubro. 2021.

TUCHMAN R, Rapin I, Shinnar S. **Autistic and dysphasic children: I Clinical characteristics**. **Pediatrics**. 1991;88:1211-18. WINNICOTT, D. W. O brincar e a realidade. Rio de Janeiro: Imago, 1975.

SANTOS, D. A.; MIRANDA, L. A.; SILVA, E. A. C. P., MOURA, P. V.; FREITAS, C. M. S. M. **Compreendendo os significados das emoções e sentimentos em indivíduos autistas no ambiente aquático**. Conscientiae Saúde.12(1):122-127. 2013.

SCHMIDT, C. **Autismo, educação e transdisciplinaridade**. Campinas/SP: Papirus, 2013.

SILVA, Mirelly Karla da; BALBINO, Elizete Santos. **A importância da formação do professor frente ao transtorno do espectro autista – TEA: estratégias educativas adaptadas**. VI Encontro Alagoano de Educação Inclusiva/ I Encontro Nordeste de Inclusão na Educação Superior. 2 a 4 de dezembro de 2015.

SERRA, Deyse. **Autismo, família e inclusão**. Polêmica, v. 9, n. 1, p. 40 – 56, janeiro/março 2010.

SILVA, Maria do Carmo Bezerra de Lima; BROTHERHOOD, Rachel de Maya. **Autismo e inclusão: da teoria à prática**. In: V ECPP, Maringá, out. 2009, p. 3 Disponível em: Acesso em: 22 de junho de 2021.

VIGOSTSKY. **A formação social da mente**. 6. ed. São Paulo: Martins Fontes.